PROJETO DE LEI Nº 637, DE 1995

REDAÇÃO FINAL

**Institui o Programa de
Desenvolvimento Integrado do
Entorno do Distrito Federal-
PRODEN.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º É criado, nos termos desta Lei, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Entorno do Distrito Federal - PRODEN, com o objetivo de dotar a Região do Entorno dos meios necessários para promover o seu desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único. A Região do Entorno do Distrito Federal compreende os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Alexânia, Cabeceira, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, localizados em Goiás; e de Unaí, em Minas Gerais.

Art. 2º O programa promoverá ações prioritárias nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento, transporte e sistemas viários, energia, telecomunicações, agricultura, indústria, comércio, turismo e habitação.

Art. 3º Constituem objetivos diretos do PRODEN:

- I - ampliação da oferta de emprego;
- II - melhoria da renda;

III - melhoria global da qualidade de vida da população urbana e rural;

IV - ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares e redução das doenças infecciosas e parasitárias;

V - redução do analfabetismo e da evasão escolar;

VI - redução do custo de transporte, da perda de produção e dos preços dos produtos;

VII - incremento da industrialização;

VIII - fixação do homem ao campo;

IX - desenvolvimento das vocações regionais, em especial da mineração, do artesanato e da agroindústria;

X - ampliação da atividade turística;

XI - geração de energia.

Art. 4º Compete ao Governo do Distrito Federal coordenar a elaboração e a implantação do programa.

Parágrafo único. A implantação do programa deve ser precedida de acordo prévio, de iniciativa do Governo do Distrito Federal, com os Governos de Minas Gerais e Goiás, incluídos os Prefeitos dos Municípios envolvidos.

Art. 5º O Governo do Distrito Federal promoverá gestões com o Governo Federal, os Estados e Municípios envolvidos e com instituições de fomento ao desenvolvimento com o objetivo de unificar as ações.

Art. 6º Os recursos necessários à implantação do programa correrão à conta dos orçamentos do Distrito Federal e dos Municípios envolvidos, em parcelas proporcionais às respectivas disponibilidades de arrecadação e ao grau do próprio envolvimento nas ações prioritárias e nos projetos.

Parágrafo único. O Governo do Distrito Federal poderá firmar convênios e utilizar de outros dispositivos para a captação de recursos do Governo Federal e os Estados e Municípios envolvidos, para aplicação de forma integrada.

Art. 7º É criado o Conselho de Desenvolvimento do Entorno-CODEN, presidido pelo Governador do Distrito Federal e composto pelos seguintes órgãos:

- I - Secretaria de Governo;
- II - Secretaria de Agricultura;
- III - Secretaria de Indústria e Comércio;
- IV - Secretaria de Turismo;
- V - Secretaria de Segurança Pública;
- VI - Secretaria de Educação;
- VII - Secretaria de Obras;
- VIII - Secretaria de Fazenda e Planejamento;
- IX - Secretaria de Saúde.

Parágrafo único. O Governo do Distrito Federal convidará ainda para integrar o CODEN representantes:

- I - dos segmentos produtivos da região;
- II - da associação dos municípios envolvidos;
- III - do Banco do Brasil S.A.;
- IV - do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO;
- V - dos Governos de Goiás e de Minas Gerais.

Art. 8º Compete ao CODEN:

- I - aprovar os projetos relativos ao Programa de Desenvolvimento Integrado da Região do Entorno do Distrito Federal - PRODEN;
- II - estabelecer prioridades para a implantação de projetos;
- III - acompanhar a implantação do programa;
- IV - aprovar a concessão de incentivos, quando for o caso;

V - autorizar a captação de recursos destinados à execução do programa provenientes de instituições nacionais ou internacionais;

VI - autorizar procedimentos que incentivem a participação da iniciativa privada no programa.

Parágrafo único. Em todos os convênios firmados pelos Municípios integrantes do CODEN com os órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional da área federal ou do Distrito Federal, o conselho far-se-á presente como órgão de supervisão.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997.